

VII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ DO TRABALHO
SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO
2º ETAPA

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO:

- 1- A prova terá a duração de 04(quatro) horas.
- 2- Não será permitida nenhuma forma de consulta.
- 3- Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova.
- 4- Confira se o seu caderno de prova contém todas as questões de 01 a 50. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
- 5- Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. Não destaque a ficha de identificação.
- 6- Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão. Caso isso ocorra, a mesma será anulada e não será fornecida outra via.
- 7- Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer
anotação feita no mesmo torná-lo-á nulo.
- 8- O candidato poderá levar o caderno de questões.
- 9- Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 04 (quatro) horas os mesmos serão recolhidos.

Boa Prova!

COMISSÃO DE CONCURSOS

DIREITO COMERCIAL

01- Leia atentamente as proposições dadas, numerando-as de acordo com a coluna exposta, assinalando abaixo a seqüência correta.

- I- Sociedade em comandita simples
- II- Sociedade em nome coletivo
- III- Sociedade de Capital e Indústria
- IV- Sociedade em Conta de Participação

() Quando duas ou mais pessoas, sendo ao menos uma comerciante, se reúnem, sem firma social, para lucro comum, em uma ou mais operações de comércio determinadas, trabalhando um, alguns ou todos, em seu nome individual para o fim social.

() E a associação para fim comercial de duas ou mais pessoas, sendo ao menos uma comerciante, obrigando-se uns como sócios solidariamente responsáveis e sendo outros simples prestadores de capitais, com a condição de não serem obrigados além dos fundos que forem declarados no contrato:

() E a união de duas ou mais pessoas, ainda que algumas não sejam comerciantes, para comerciar em nome comum, debaixo de uma firma social;

() E aquela que se contrai entre pessoas, que entram por uma parte com os fundos necessários para uma negociação comercial em geral, ou para alguma operação mercantil em particular, e por outra parte a sua indústria somente.

- a) II, I, IV, III
- b) IV, I, II, III
- c) I, IV, III, II
- d) IV, II, I, III

02 - Assinale a alternativa correta:

a) As sociedades anônimas possuem o capital dividido em ações, sendo a responsabilidade dos sócios ou acionistas limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, sendo que o número das ações em que se divide o capital social é fixado pela Assembléia Geral;

b) O conselho fiscal das sociedades anônimas será composto de, no mínimo 3(três) e no máximo 5(cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, escolhidos pelo Conselho de Administração;

c) Compete privativamente à assembléia geral deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;

d) A sociedade anônima será designada por denominação acompanhada das expressões “companhia”, ou “sociedade anônima”, expressas por extenso ou abreviadamente, podendo ambas as expressões serem utilizadas tanto no início quanto no final do nome.

03- Assinale a alternativa incorreta.

a) A falência produz o vencimento antecipado de todas as dívidas do falido e do sócio solidário da sociedade falida, exceto quanto àquelas pendentes de condição suspensiva.

b) Pode ser declarada a falência do menor de 18(dezoito) anos, que mantém estabelecimento comercial, com economia própria.

c) Não será decretada a falência se a pessoa contra quem foi requerida provar que a dívida encontra-se prescrita.

d) A sentença que não declarar a falência terá autoridade de coisa julgada material.

DIREITO CIVIL

04 - Assinale a alternativa correta.

- a. Diz-se obrigação alternativa quando, embora múltiplo o seu objeto, o devedor se exonera satisfazendo uma das prestações.
- b. Em nosso direito civil, a solidariedade ativa ou passiva é presumida.
- e. O pagamento feito ao credor putativo é inválido.
- d. A sub-rogação extingue a obrigação.

05 - Assinale a alternativa correta.

- a. Admissível a compensação com obrigação de natureza alimentar.
- b. Não se admite transação na dívida de alimentos.
- c. A mora do devedor existe quando este deixa de efetuar o pagamento na forma, tempo e lugar devidos. A mora do credor existe quando este, mesmo com justa causa, se recusa a receber o pagamento.
- d. Todas as alternativas anteriores são falsas.

06- assinale a alternativa correta.

- a. Mesmo sem culpa do devedor existe mora, Por exemplo, o herdeiro que não tinha conhecimento da dívida, deixando de pagá-la no vencimento, responde pela mora.
- b. A mora do credor independe de culpa para sua caracterização.
- c. Nas obrigações civis com prazo certo, a ocorrência da mora depende de interpelação.
- d. Todas as alternativas anteriores são falsas.

07- O ato jurídico é nulo quando:

- a. for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para sua validade.
- b. for ilícito ou impossível o objeto, bem como o praticado por pessoa absolutamente incapaz.
- c. não revestir a forma prescrita em lei.
- d. todas as alternativas anteriores são corretas.

08- Assinale a alternativa correta.

- a. Interpretação autêntica é feita pelo próprio legislador.
- b. Interpretação gramatical é a extraída do próprio texto, observando o sentido dos vocábulos e as regras gramaticas.
- c. Na interpretação lógica procura-se verificar a intenção.
- d. Todas as alternativas anteriores são corretas.

09- Assinale a alternativa correta.

- a. A obrigação de dar coisa certa rege-se pelo princípio fundamental de que o credor não poderá ser obrigado outra coisa, salvo se mais valiosa.
- b. Na obrigação de dar coisa certa não se aplica princípio de que o acessório segue o principal.
- c. Na obrigação de dar coisa incerta, esta não poderá ser indicada apenas pelo gênero e quantidade. Por exemplo, cem sacas de café.

d. () Para distinguir as obrigações de e de fazer, é necessário verificar se o dar ou entregar é ou não consequência do fazer.

10- Assinale a alternativa correta.

- a. () Por não ser pacto acessório, a cláusula penal não pode ser estipulada em ato posterior.
- b. () Pelo fato da cláusula penal ser contrato acessório, pode ser convecionada em apartado, mas sempre depois do inadimplemento da obrigação principal.
- c. () A cláusula penal, via de regra, é estipulada separadamente ou em apartado da obrigação principal, antes ou depois do inadimplemento desta.
- d. () Dada à acessoriedade da cláusula penal, pode ela ser convencionada conjuntamente com a obrigação principal, ou mesmo em apartado, em ato posterior, mas antes do inadimplemento da obrigação principal.

11- Assinale a alternativa correta.

- a. () Reputa-se celebrado o contrato no lugar em que residir o *oblato*, proponente ou polícitante.
- b. () A *exceptio non adimpleti contractus* é cláusula resolutive tácita, qual nenhum dos contratantes poderá, antes de cumprir sua obrigação, exigir o implemento da do outro. É curial no campo das convenções sinalagmáticas.
- c. () Adimiti-se, em caráter geral, o contrato sobre herança de pessoa viva.
- d. () Todas as alternativas anteriores são falsas.

12 - Assinale a alternativa correta.

- a. () Nas obrigações ilíquidas os juros contam-se a partir do vencimento.
- b. () Para validade da cessão de crédito, desnecessária a notificação do devedor.
- c. () A expressão “quem cala consente” é peculiar na formação dos contratos.
- d. () Todas as alternativas anteriores são falsas.

13 - Assinale a alternativa correta.

- a. () Na ação de indenização pelos danos sofridos em acidente de trânsito causado por terceiros, o prejudicado, que na ocasião do sinistro era passageiro, tem de provar pelo menos a culpa concorrente da transportadora, em face da responsabilidade subjetiva desta.
- b. () O pedestre atropelado por veículo de empresa transportadora no exercício dessa atividade, para se ressarcir dos danos sofridos não precisa provar a culpa do motorista, justamente porque o caso é típico de responsabilidade contratual.
- e. () Perante o passageiro, a responsabilidade civil do transportador é contratual, também definida como objetiva. Sendo assim, para obter indenização de danos pessoais sofridos durante o transporte, o passageiro não precisa fazer a prova do efetivo prejuízo.
- d. () No campo da responsabilidade extracontratual, também definida como subjetiva, o demandante precisa demonstrar o dano, a culpa e o nexo de causalidade.

DIREITO PENAL

14 - Assinale a alternativa correta.

- a. () Materialmente conceitua-se o crime como fato típico e antijurídico.
- b. () Formalmente conceitua-se o crime como a violação de um bem penalmente protegido.
- c. () O fato típico é composto de conduta humana dolosa e culposa, resultado, nexo de

causalidade entre a conduta e o resultado (salvo nos crimes de mera conduta e formais), enquadramento do fato material a uma norma penal incriminadora.

d. () Nenhuma das respostas anteriores.

15- Assinale a alternativa correta.

- a. () Circunstância do crime é todo fato ou dado que se encontre em redor do delito. É um dado eventual, que pode existir ou não, sem que o crime seja excluído.
- b. () Se, excluindo determinado elemento, o crime desaparece ou surge outro, estamos em face de uma circunstância.
- c. () Sujeito passivo é sinônimo de réu.
- d. () Sujeito ativo é sinônimo de vítima.

16 - O fato de dar causa a instauração de investigação policial ou de processo judicial contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente; cujo objeto jurídico, primeiramente é o interesse da justiça, e secundariamente a honra da pessoa acusada, está capitulado como crime de:

- a. () Calúnia, previsto no art. 138 do CP.
- b. () Difamação, previsto no art. 139 do CP.
- c. () Comunicação falsa de crime ou contravenção, previsto no art. 340 do CP.
- d. () Denúncia caluniosa, previsto no art. 339 do CP.

17 - Assinale a alternativa falsa

- a. () No crime de falso testemunho ou falsa perícia, três são os comportamentos incriminados que compõem o tipo objetivo: a) fazer afirmação falsa; b) negar a verdade; e c) calar a verdade.
- b. () Como o objeto jurídico da norma em referência é a administração da justiça, especialmente a veracidade das provas, sempre haverá falso testemunho mesmo que a prejuízo.
- c. () Duas teorias existem acerca da falsidade em comentário: a objetiva e a subjetiva. Pela primeira, falso será o que não corresponde ao que aconteceu. Para a subjetiva, o falso será o que não corresponde ao que o agente efetivamente percebeu; é a teoria entre nós adotada por Hungria e M. Noronha.
- d. () Embora consumado o crime, o agente pode se retratar ou declarar a verdade antes da sentença, o que implicará na extinção da punibilidade.

18 - Assinale a alternativa correta

- a) Na legislação previdenciária não integram o salário-de-contribuição, entre outros: as férias indenizadas e respectivo adicional constitucional; a multa do artigo 477 da CLT; a importância paga a título de incentivo à demissão e os valores recebidos em decorrência da cessão de direitos autorais.
- b) Para cômputo do período de carência, em relação a todos os segurados empregados, serão consideradas as contribuições a partir da data da filiação ao RGPS.
- c) A pensão por morte poderá ser concedida, em caráter provisório, por morte

presumida, mediante sentença declaratória de ausência, proferida por autoridade judicial competente; mas a sentença só produzirá efeito seis (6) meses depois de publicada, na forma do CPC, desde que neste período não tenha regressado o ausente.

d) Verificado o reaparecimento do segurado, a pensão por morte presumida cessará imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos, salvo culpa ou dolo dos beneficiários.

19- Assinale a alternativa correta

a) O salário-maternidade será pago diretamente pela Previdência Social à segurada especial, no valor correspondente à média de sua renda mensal, observado o disposto no regulamento da Lei 8.213/91

b) O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir do retorno, salvo se a recuperação for parcial.

c) Verificada a recuperação da capacidade para o trabalho do aposentado por invalidez, dentro dos 05 anos a contar da data do início da aposentadoria, o benefício cessará de imediato para os trabalhadores avulsos e segurados especiais.

d) Durante os quinze primeiros dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá ao empregador, salvo o doméstico, pagar ao segurado empregado o salário.

20- Assinale a alternativa incorreta.

a) Na legislação previdenciária, o prazo para constituição do crédito previdenciário, assim como o prazo para sua cobrança, é de 10 (dez) anos, diferente do que prevê o Código Tributário Nacional;

b) Quando o segurado que exercer mais de uma atividade se incapacitar definitivamente para uma delas, deverá o auxílio-doença ser mantido indefinidamente, não cabendo sua transformação em aposentadoria por invalidez, enquanto essa incapacidade não se estender às demais atividades.

c) O direito ao salário-família cessa automaticamente pelo desemprego do segurado.

d) Nenhum benefício previdenciário integra o salário-decontribuição.

21 - Assinale a alternativa incorreta

a) A União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, na forma da Lei Orçamentária Anual.

b) A contribuição do empregado, salvo o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição mensal, de forma não cumulativa.

c) Fica isenta das contribuições previdenciárias a entidade beneficente de assistência social que atenda aos requisitos legais.

d) As contribuições previdenciárias só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que houver instituído ou modificado, podendo ser cobradas no

mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que instituiu ou aumentou.

22- Assinale a alternativa correta.

- a) O regime Geral de previdência Social garante, entre seus benefícios, a cobertura das situações de doença, invalidez, morte, idade avançada e desemprego involuntário.
- b) São segurados facultativos da Previdência Social, entre outros: a dona-de-casa; o menor aprendiz; o bolsista e o estagiário (Lei n.º 6.494/77); o síndico de condomínio quando não remunerado; o estudante.
- c) Considera-se filiação de segurado para os efeitos da previdência social o ato pelo qual o segurado é cadastrado no Regime Geral de Previdência Social, mediante comprovação dos dados pessoais e de outros elementos necessários e úteis à sua caracterização.
- d) Quando o pai e mãe são segurados empregados ou trabalhadores avulsos, ambos têm direito ao salário-família.

DIREITO INTERNACIONAL

23 - Analise as assertivas que se seguem e, após, assinale a alternativa correta:

I- O Comitê de Liberdade Sindical é competente para examinar e concluir a respeito de queixas oferecidas tanto contra países que ratificaram as convenções sobre a liberdade sindical como contra países que não as ratificaram.

II- O Comitê de Liberdade Sindical é composto de membros representantes dos trabalhadores, em razão do seu papel precípua de defesa da liberdade sindical, não constituindo, assim, órgão tripartite.

III- Existe, na OIT, farta jurisprudência relativa à aplicação das convenções sobre liberdade sindical, fundamentalmente originada de dois órgãos: o Comitê de Liberdade Sindical e a Comissão de Peritos.

IV- Conquanto os demais órgãos da OIT possam opinar, a interpretação autêntica das convenções constitui papel da Comissão de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações.

- a) As alternativas I e III estão incorretas.
- b) As alternativas I e IV estão incorretas.
- c) As alternativas II e III estão incorretas.
- d) As alternativas I e IV estão incorretas.

24- Assinale a alternativa correta:

a) As convenções e recomendações oriundas da Organização Internacional do Trabalho, para serem aplicadas no Brasil, inicialmente devem ser ratificadas pelo nosso país.

b) Ainda que o Brasil não ratifique uma convenção, permanece obrigado a encaminhar relatórios a ela referentes para a OIT.

c) As convenções internacionais do trabalho somente podem ser adotadas na sua totalidade, não havendo possibilidade de aplicação parcial.

d) A recente alteração da idade mínima de admissão a emprego no Brasil, para 16 anos,

constitui decorrência da ratificação, pelo nosso país, da Convenção 138, da OIT, que estabelece, no seu § 3º do art. 2º que “A idade mínima fixada não será inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em qualquer hipótese, não inferior a quinze anos”.

25- Emitida uma convenção pela OIT, o Brasil foi o primeiro país a ratificá-la. Em face desta ratificação, podemos afirmar que:

- a) Uma vez ratificada pelo Brasil, a convenção entrará em vigor no nosso país após o decurso de um ano.
- b) Enquanto não houver a segunda ratificação, a convenção não entra em vigor no Brasil.
- c) A ratificação procedida gera a obrigação de o Brasil encaminhar relatório circunstanciado e semestral à OIT, com a finalidade de informar o andamento da aplicação da convenção em nosso território.
- d) - Procedida a ratificação, deverá o Brasil integrar a convenção na sua legislação ou assegurar sua aplicação na prática.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26 - Em face da literalidade do texto constitucional em vigor, indique a alternativa correta, que não contenha omissão.

- a) A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- b) Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado, e a lei instituirá as Juntas de Conciliação e Julgamento, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juízes de direito.
- c) Recusando-se qualquer das partes à negociação, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho.
- d) Frustrada a negociação, as partes poderão eleger árbitros.

27 - Analisadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I- A liberdade de convecção religiosa impõe ao ateísmo.

II- As medidas de busca e apreensão domiciliar determinadas por autoridade administrativa são detentoras de auto-executoriedade.

III- A inviolabilidade domiciliar não abrange o espaço em que alguém exerce, com exclusão de terceiros, qualquer atividade de índole profissional.

IV- As interceptações de comunicações em sistemas de informática procedidas após 1988 revestem-se de licitude em face da aplicação imediata do art. 5º, inciso XII, da vigente Constituição Federal.

V- As interceptações telefônicas não devidamente autorizadas violam diretamente o inciso X do art. 5º da Carta Magna, que assegura serem invioláveis a intimidade, a vida privada, a

honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

- a) As assertivas I e IV estão corretas.
- b) As assertivas II e IV estão corretas.
- c) As assertivas I e II estão corretas.
- d) As assertivas III e V estão corretas.

28- Qual alternativa correta?

- a) Detentores das mesmas garantias e prerrogativas de foro que os magistrados togados, os juizes classistas das Juntas de Conciliação e Julgamento serão processados e julgados, nos crimes comuns, por um dos Tribunais Regionais Federais.
- b) A Emenda Constitucional n. 20/98 ampliou a competência da Justiça do Trabalho, atribuindo-lhe a execução de ofício, das contribuições sociais do empregador, do empregado e dos demais segurados da previdência social, inclusive aposentados e pensionistas, decorrentes das sentenças que proferir.
- c) Os advogados e membros do ministério Público, para ocuparem a vaga decorrente do denominado quinto constitucional nos Tribunais Regionais do Trabalho, deverão ter seus nomes incluídos em lista tríplice encaminhada pelo seu órgão de classe ao respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

29- É correto afirma-se que:

- a) As funções institucionais do Ministério Público são taxativamente dispostas pela Constituição Federal.
- b) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade e, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República e os Membros do Tribunal de Contas da União.
- c) Os atos relativos à propaganda comercial são de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal.
- d) O ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo Tribunal, assegurada ampla defesa.

30 - A competência originária para dirimir controvérsia entre Estado estrangeiro e Município é:

- a) Do Tribunal Regional Federal com jurisdição sobre o Município.
- b) Do Superior Tribunal de Justiça.
- c) Do Supremo Tribunal Federal.
- d) Dos Juizes Federais.

31 - O controle de constitucionalidade das leis no Brasil é exercido:

- a) Por qualquer Juiz ou Tribunal do país nos casos concretos e, em tese, em se tratando

de lei ou ato normativo federal ou estadual, apenas pelo Supremo Tribunal Federal.

b) Pelo Supremo Tribunal Federal, apenas.

c) Pelo Supremo Tribunal Federal, que tem a função de Corte Constitucional e, ainda, pelos Tribunais Superiores da União e Tribunais de Justiça dos Estados, excluídos os Juízes singulares.

d) Pelo Supremo Tribunal Federal apenas em tese, cabendo o controle da constitucionalidade nos casos concretos aos Tribunais Regionais Federais e aos Tribunais Superiores da União.

32- Justiça do Trabalho é competente para:

I- Estabelecer normas e condições de trabalho, desde que beneficiem os trabalhadores, em qualquer hipótese.

II- Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos, podendo estabelecer normas e condições, desde que respeitadas as disposições legais e convencionais.

III- Propor a negociação coletiva e a arbitragem aos sindicatos, indicando os árbitros, se esta for a opção aceita.

IV- processar e julgar litígios resultantes de contratos de empreitada em que o empreiteiro seja operário ou artífice.

Verificadas as assertivas supra, é correto afirmar:

a) As de número I, II e IV estão corretas.

b) Somente as de número I e IV estão corretas~

c) Somente as de número II e IV estão corretas.

d) Todas estão corretas.

33- À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios... (art. 100 da Constituição Federal). Precatório é:

a) A transferência da requisição, pela autoridade judicial competente, de pagamento da importância devida pelo ente público, solicitando as providências para satisfação do débito, dentro da previsão orçamentária a ser obrigatoriamente feita para o exercício imediatamente seguinte ao da requisição.

b) A dotação orçamentária consignada ao Poder Judiciário pelo ente público executado, recebida pelo Presidente do Tribunal que proferiu a decisão exequenda.

c) O crédito aberto consignado ao Poder Judiciário pelo ente público executado, recebido pelo Presidente do Tribunal que proferiu a decisão exequenda.

d) A inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos.

34 - Das afirmativas abaixo, qual delas é incorreta?

a) É legítimo o ato da administração pública que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos servidores públicos em greve.

b) O § 3º do art. 39 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 19/98, determina que constitui direito dos servidores ocupantes de cargo

público a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

c) A Emenda Constitucional 19/98 suprimiu dos servidores públicos o direito à irredutibilidade salarial.

d) O § 3º do art. 39 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 19/98, determina que constitui direito dos servidores ocupantes de cargo público o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada a sua vinculação para qualquer fim.

35- Nos termos da Emenda Constitucional 19/98, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão uma das seguintes providências a fim de que a despesa com pessoal ativo e inativo não exceda os limites estabelecidos em lei complementar. Assinalar a alternativa correta.

a) Redução em pelo menos 30 por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança.

b) Redução em pelo menos 20 por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança.

c) Redução em pelo menos 60 por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança.

d) - Redução em pelo menos 40 por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

36- TUBÚRCIO propõe ação ordinária de cobrança em face de seus devedores solidários FAUSTINO E ANTERO. Considerando que a lide foi julgada procedente e que apenas ANTERO recorreu é correto afirmar que:

a) Operou-se a coisa julgada material e formal em face de FAUSTINO;

b) Operou-se apenas coisa julgada formal em face de FAUSTINO;

c) Operou-se a coisa julgada material em face de ambos, vez que são devedores solidários;

d) O recurso de ANTERO aproveita a FAUSTINO, posto que os interesses de ambos são convergentes.

37- AFRÂNIO indignado com as palavras injuriosas proferidas por PANCÁCIO, a seu respeito, ajuíza ação de indenização por danos morais em face do seu desafeto. Do problema exposto é correto depreender-se:

a) Que o Estado é incapaz de pacificar os conflitos existentes entre seus jurisdicionados.

b) Que a jurisdição é a única modalidade de solução de conflitos;

c) A jurisdição só pode ser utilizada após realizada a modalidade de autotutela.

d) Todas as respostas estão erradas.

38 - Sobre a imutabilidade da coisa julgada material é incorreto afirmar:

- a) É expressão equivalente a coisa julgada material;
- b) É atributo que se agrega ao comando da sentença;
- c) É equivalente à extensão subjetiva da eficácia da sentença
- d) É logicamente posterior ao trânsito em julgado.

39 - O Magistrado, sob a alegação de inexistência de norma pertinente à subsunção do caso concreto, recusa-se a prolatar sentença e apreciar o pedido do Autor. Em face do exemplo formulado é correto afirmar:

- a) A atitude fere o princípio da indelegabilidade jurisdicional.
- b) A recusa do Magistrado é legal, visto que ninguém está obrigado a fazer algo, senão em virtude de lei;
- c) A lacuna normativa não exime o juiz de sentenciar;
- d) Pelo princípio da inevitabilidade podem as partes pactuar para evitar o resultado do processo.

40 - SATURNINO propôs ação reivindicatória em face de EUSÉBIO, sendo que o feito foi distribuído na comarca de Cáceres, onde reside o Requerido. O Magistrado declinou da competência, de ofício, e remeteu os autos para a comarca de Alta Floresta, foro da situação da coisa. É correto afirmar que:

- a) Agiu com acerto o Magistrado, tendo em vista que se trata de competência funcional;
- b) Errou o Magistrado, visto que a hipótese é de incompetência absoluta;
- c) Errou o Magistrado, visto que a incompetência relativa não se declina de ofício;
- d) Todas as alternativas estão incorretas.

41 - Assinale a resposta incorreta:

- a) A prevenção, na mesma base territorial, ocorre com a citação válida;
- b) Correndo em separado ações conexas, na mesma base territorial, considera-se prevento aquele que despachou em primeiro lugar;
- c) A citação válida torna prevento o juízo, tratando-se de base territorial diversa;
- d) As letra B e C estão corretas

42- Assinale a resposta incorreta:

- a) É competente a autoridade brasileira, com exclusão de qualquer outra, quando o réu, qualquer que seja sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;
- b) É competente a autoridade brasileira quando a parte ré for pessoa jurídica com filial em nosso território;
- c) É competente a autoridade brasileira, quando, no Brasil, tiver de ser cumprida a obrigação relativa a imóvel situado no Brasil;

43- Assinale a resposta incorreta:

- a) Ação de consignação em pagamento é de natureza obrigacional;
- b) O inventário de bens situados no Brasil é da competência exclusiva da autoridade brasileira;
- c) Devendo a obrigação ser cumprida no Brasil é concorrente a competência da autoridade brasileira;
- d) A ação hipotecária é de natureza real e, portanto, não pode a competência ser modificada por eleição das partes.

44- Sobre a possibilidade de impetra-se mandando de segurança contra ato jurisdicional, é correto afirmar-se:

- a) Não se admite o mandado de segurança contra ato de autoridade judicial;
- b) Só se admite o mandado de segurança para imprimir efeito suspensivo após o impetrante formular e ver indeferido o pedido a que se refere o artigo 558 do CPC;
- c) É facultado ao recorrente optar pelo remédio recursal adequado ou pelo “mandamus”, posto que este também se presta para salvaguardar direitos individuais violados;
- d) Todas as alternativas estão incorretas.

45- De acordo com a melhor doutrina é incorreto afirmar:

- a) É inexistente a sentença prolatada por quem não esteja investido de jurisdição;
- b) Sentença proferida em processo onde faltou ao autor o pressuposto da capacidade postulatória pode ser atacada a qualquer tempo, mesmo após o prazo da rescisória;
- c) A sentença inexistente não é acobertada pelo atributo da imutabilidade, que normalmente se agrega ao comando da sentença.
- d) A citação irregular resulta em relação processual inexistente.

46- Marque a alternativa incorreta:

- a) Na defesa, é lícito ao réu deduzir pretensões, ao mesmo tempo em que resiste formal e materialmente àquelas deduzidas na petição inicial;
- b) No prazo da contestação, compete ao réu alegar toda a matéria de defesa, podendo, também, deduzir seu próprio pedido em face do Autor se a ação for de natureza dúplice.
- c) Na contestação não se admite formulação de pedidos por parte do Réu, independentemente do procedimento, salvo por meio de reconvenção;
- d) Nas ações de procedimento sumário o réu pode formular pedido em seu favor, desde que baseados nos mesmos fatos aludidos na inicial.

47- Marque alternativa correta:

- a) Sentença terminativas são as que põem fim ao processo, com resolução do mérito;
- b) Sentença definitivas são aquelas que encerram a prestação jurisdicional, ainda que sem julgamento do pedido;
- c) Com a sentença, o que finda do órgão jurisdicional de primeiro grau, podendo prosseguir o processo em instância superior;
- d) Todas as alternativas estão incorretas.

48 - Sobre a remessa obrigatória é correto afirmar:

- a) Interrompe o prazo para a interposição de outros recursos para a parte que não recorreu;
- b) Suspende o prazo para interposição de outros recursos por qualquer das partes;
- c) Não tem natureza de recurso, consubstanciando-se em condição de eficácia da sentença;
- d) Nela está presente a característica da voluntariedade.

49- Marque a alternativa incorreta:

- a) O princípio da fungibilidade recursal consiste na possibilidade de admitir-se um recurso por outro quando houver dúvida objetiva quanto a qual seja o recurso adequado;
- b) O princípio da fungibilidade pode ser utilizado na hipótese de dúvida objetiva em ser, o recurso, especial ou extraordinário;
- c) Constitui erro grosseiro interpor-se agravo de sentença que julga a liquidação de sentença;
- d) Considera-se dúvida objetiva a divergência existente entre a doutrina e a jurisprudência sobre o recurso correto cabível para atacar determinado pronunciamento judicial;

50- Marque a alternativa incorreta:

- a) Concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento;
- b) Os efeitos da tutela pretendida na petição inicial somente poderão ser antecipados parcialmente;
- c) A tutela antecipatória não poderá ser concedida “ex officio”;
- d) Não se dispensa fundamentação no deferimento da tutela antecipatória, mesmo quando manifesto o intuito protelatório do réu.